



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, Inovação e
Obras Públicas
Deputado Hélder Amaral

Lisboa, 22 de dezembro de 2016

Assunto: Requerimento para audição do Presidente do Conselho de Administração da ANAC
– Autoridade Nacional da Aviação Civil

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento do Comunicado da ANAC do passado dia 5 de dezembro. Trata-se de um comunicado inaceitável, parcial, antidemocrático e violador dos deveres da ANAC. Esse comunicado reage a um plenário de trabalhadores realizado à porta da ANAC e em protesto (entre outras questões) contra ações e omissões da ANAC. E afirma o comunicado no seu ponto 5: «*A ANAC defende que num processo de diálogo setorial todas as partes devem assumir uma posição de responsabilidade baseada no diálogo e na legalidade, pelo que se não entende este tipo de iniciativa.*» Tal afirmação indica que a ANAC considera ilegal um plenário de trabalhadores, convocado e realizado legalmente e considera ilegal a crítica pública às suas ações e omissões.

Este comportamento é totalmente inaceitável numa Entidade Reguladora que se quer independente e se exige respeitadora da legalidade democrática. Ainda no mesmo comunicado, a ANAC «explica» a razão para o não funcionamento do Grupo de Trabalho para o Handling, que não reúne porque a ANAC não promove as reuniões e porque a ANA/Vinci se recusa a participar nelas (ou seja, as duas entidades – ANAC e ANA/Vinci – que estiveram contra a criação do Grupo de Trabalho).

No Handling, a ANA/Vinci pretende reduzir as tarifas cobradas em Portugal, reduzindo os custos com o trabalho, para poder continuar a aumentar as tarifas aeroportuárias que cobra diretamente. A ANAC licenciou a Groundlink (criada para fornecer serviços prestados por mão de obra mais explorada e precarizada que a SPDH/Groundforce e a Portway) de forma ilegal, quando esta assumiu perante a própria DGERT não aplicar qualquer contratação coletiva. A mesma Groundlink que é depois parceiro da Barraqueiro e da Ryanair, num processo que já ajudou a promover os despedimentos coletivos na Portway e pode levar à repetição desses despedimentos na própria SPDH/Groundforce. E ainda permite o self-handling da Ryanair, ilegal por ausência de contratação coletiva e falso por subcontratação ilegal à Groundlink.

Ainda no Handling, a ANAC arrasta o processo de licenciamento, mantendo uma pressão inaceitável sobre o futuro da SPDH/Groundforce, empresa concorrente da Portway, num quadro em que as licenças da Portway estão atribuídas pelo facto de esta ser detida pela gestora aeroportuária. Apesar de a SPDH/Groundforce ter vencido todas as avaliações preliminares, é evidente que além de adiar o processo, a ANAC continua a adiar o processo e a criar objetivamente dificuldades à SPDH/Groundforce como potencial vencedora de concursos nucleares, o que significaria forçar a entrada de um terceiro operador, como é do interesse desse operador (a Menzies / Barraqueiro / Groundlink) e da ANA/Vinci.

Nas Lojas Francas, a ANA/Vinci, com a posição dominante de quem atribui as futuras concessões, impôs-se à TAP, levando-a a vender as LFP por um valor irrisório, para agora poder ganhar uns milhões numa nova transação. E a ANAC opta pelo silêncio. A TAP está a ser penalizada pela ANA/Vinci, com aumentos sucessivos de taxas e alugueres, de tal forma que já forçou a transferência das LFP e estando outras transferências de património a ser equacionadas.

Na segurança aeroportuária, face às evidentes lacunas no que respeita às condições de trabalho dos APAS, seja no que respeita a vestiários, casas-de-banho, cacifos, locais para tomada de refeições e zona para estacionamento dos automóveis, da evidente responsabilidade da ANA/Vinci, a ANAC opta pelo silêncio.

Ora o Presidente do Conselho de Administração da ANAC mostra-se objetivamente alinhado com o modelo que a multinacional quer impor, confirmando todas as dúvidas colocadas pelo CRESAP e pela própria Assembleia da República à sua nomeação, e contribui para colocar em causa o próprio modelo de entidade reguladora.

O Governo anunciou a preparação de decisões de enorme magnitude para o país, como o futuro do Aeroporto de Lisboa, onde se enfrentarão os interesses da multinacional Vinci e os do País, e onde a ANAC terá um papel decisivo. No atual momento, desenvolve-se a luta dos trabalhadores deste sector, aproximando-se uma greve centrada exatamente no combate ao trabalho desregulado e sem direitos, e na crítica às omissões e ações da ANAC e do Governo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a Audição do Presidente do Conselho de Administração da ANAC, relativamente à parcialidade revelada no exercício das suas funções.

O Deputado,

(Bruno Dias)